

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.437.783
Preferenciais	21.002.999
Total	118.440.782
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.936
Preferenciais	0
Total	1.936

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.747.920	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	321.270	388.125
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	164.139	251.910
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.616	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.616	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.616	1.442
1.01.03	Contas a Receber	28.619	15.685
1.01.03.01	Clientes	28.619	15.685
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.865	55.695
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.865	55.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	58.031	63.393
1.01.08.03	Outros	58.031	63.393
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	33.052	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.456	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	12.147	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	7.376	8.777
1.02	Ativo Não Circulante	2.426.650	2.166.404
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	238.988	211.484
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	48.498	45.885
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	48.498	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	165.125	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	165.125	137.618
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	573	5.684
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	573	5.684
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	24.792	22.297
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.531	1.679
1.02.01.09.04	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.248	20.618
1.02.01.09.05	Outros Ativos Realizáveis	13	0
1.02.02	Investimentos	76.624	84.475
1.02.02.01	Participações Societárias	76.624	84.475
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	47.279	55.231
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	29.345	29.244
1.02.03	Imobilizado	2.091.247	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	209.828	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.881.419	1.609.319
1.02.04	Intangível	19.791	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	19.791	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	8.968	9.500
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.877	6.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.747.920	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	121.859	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.618	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.136	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	482	153
2.01.02	Fornecedores	60.331	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	60.331	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.970	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.295	7.740
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.665	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.504	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.504	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.504	622
2.01.05	Outras Obrigações	22.911	12.561
2.01.05.02	Outros	22.911	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	16.122	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	6.789	8.311
2.01.06	Provisões	16.525	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.525	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	3.008.125	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	243.309	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	243.309	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	243.309	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	2.200.906	1.674.204
2.02.02.02	Outros	2.200.906	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.789.574	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	334.023	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.520	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	74.116	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.463	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	49.653	47.786
2.02.04.02.04	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	49.653	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.03	Patrimônio Líquido	-382.064	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-651.104	-498.737
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.006	16.943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.257	25.822	9.173	17.019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.510	-86.332	-35.723	-75.969
3.03	Resultado Bruto	-29.253	-60.510	-26.550	-58.950
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.812	-48.583	-13.938	-25.719
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.436	-10.886	-2.815	-6.387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.713	-32.618	-13.617	-27.543
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	61	2.078	724	788
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.545	-4.255	-962	-4.076
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-179	-2.902	2.732	11.499
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.065	-109.093	-40.488	-84.669
3.06	Resultado Financeiro	-21.855	-43.274	-22.535	-35.564
3.06.01	Receitas Financeiras	2.393	5.881	3.491	5.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.248	-49.155	-26.026	-40.894
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510
3.99.01.02	PN	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,05100
3.99.02.02	PN	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,05100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.746	-10.937	-1.191	4.478
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	-5.682	-11.116	-1.191	4.478
4.02.02	Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponível para Venda	-64	179	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-81.666	-163.304	-64.214	-115.755

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-92.424	48.035
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.499	-55.200
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-152.367	-120.233
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	32.273	32.274
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-2.021	1.455
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	2.902	-11.499
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.418	18.875
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.701	2.846
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	434	0
6.01.01.09	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	8.925	8.139
6.01.01.10	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	14.583	14.680
6.01.01.11	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-1.347	-1.737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.081	18.203
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-13.368	259
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-40.677	-2.470
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-20	14.702
6.01.02.04	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	4.370	995
6.01.02.05	Fornecedores	-48.815	5.719
6.01.02.06	Receita Recebida Antecipadamente	98.760	0
6.01.02.07	Outras Contas Ativas e Passivas	1.831	-1.002
6.01.03	Outros	-24.006	85.032
6.01.03.01	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	100.000
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos	-3.688	-1.867
6.01.03.03	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	-6.797	0
6.01.03.04	Pagamento de Encargos de Acordos Judiciais	-13.521	-13.101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-365.135	-313.706
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-363.875	-303.635
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1.260	0
6.02.03	Aplicações Financeiras	0	-10.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	369.788	257.017
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	369.788	120.000
6.03.02	Empréstimos Obtidos	0	137.017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-87.771	-8.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	251.910	147.218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	164.139	138.564

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.367	-10.937	-163.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.367	0	-152.367
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.937	-10.937
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	179	179
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-11.116	-11.116
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-651.104	6.006	-382.064

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-120.233	4.478	-115.755
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-120.233	0	-120.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.478	4.478
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	4.478	4.478
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-383.337	6.394	-113.909

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	42.941	30.278
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.978	22.088
7.01.02	Outras Receitas	2.071	755
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.132	7.435
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-240	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.520	-32.889
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-24.715	-21.717
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.256	-7.311
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4	-318
7.02.04	Outros	-545	-3.543
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.421	-2.611
7.04	Retenções	-32.273	-32.274
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.273	-32.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-22.852	-34.885
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.201	18.648
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.902	11.499
7.06.02	Receitas Financeiras	6.616	5.296
7.06.03	Outros	3.487	1.853
7.06.03.01	Aluguéis	3.480	1.785
7.06.03.02	Dividendos	7	68
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.651	-16.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-15.651	-16.237
7.08.01	Pessoal	37.584	28.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.515	14.947
7.08.01.02	Benefícios	4.986	4.087
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.359	1.888
7.08.01.04	Outros	8.724	7.536
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	1.701	2.846
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados PF	33	25
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	6.990	4.665
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.213	11.884
7.08.02.01	Federais	8.580	5.697
7.08.02.02	Estaduais	13.447	6.042
7.08.02.03	Municipais	186	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.919	63.654
7.08.03.01	Juros	47.933	40.863
7.08.03.02	Aluguéis	24.743	22.783
7.08.03.03	Outras	4.243	8
7.08.03.03.02	Outras	4.243	8
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-152.367	-120.233
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-152.367	-120.233

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.747.939	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	350.632	423.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	164.139	256.782
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.616	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.616	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.616	1.442
1.01.03	Contas a Receber	51.056	38.122
1.01.03.01	Clientes	51.056	38.122
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.185	57.005
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.185	57.005
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.636	69.702
1.01.08.03	Outros	63.636	69.702
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	33.052	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.456	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	12.147	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	12.981	15.086
1.02	Ativo Não Circulante	2.397.307	2.131.476
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	238.415	205.800
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	48.498	45.885
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	48.498	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	165.125	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	165.125	137.618
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	24.792	22.297
1.02.01.09.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.248	20.618
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.531	1.679
1.02.01.09.05	Outros Ativos Realizáveis	13	0
1.02.02	Investimentos	47.854	55.231
1.02.02.01	Participações Societárias	47.854	55.231
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	47.854	55.231
1.02.03	Imobilizado	2.091.247	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	209.828	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.881.419	1.609.319
1.02.04	Intangível	19.791	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	19.791	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	8.968	9.500
1.02.04.01.03	Direitos sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.877	6.877

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.747.939	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	121.878	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.618	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.136	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	482	153
2.01.02	Fornecedores	60.331	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	60.331	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.989	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.314	2.488
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	2.296	2.488
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.665	5.243
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	9
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.504	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.504	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.504	622
2.01.05	Outras Obrigações	22.911	12.561
2.01.05.02	Outros	22.911	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	16.122	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	6.789	8.311
2.01.06	Provisões	16.525	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.525	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	3.008.125	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	243.309	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	243.309	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	243.309	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	2.200.906	1.674.204
2.02.02.02	Outros	2.200.906	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.789.574	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	334.023	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.520	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	74.116	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.463	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	49.653	47.786
2.02.04.02.04	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	49.653	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	489.360	390.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-382.064	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-651.104	-498.737
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.006	16.943

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.257	25.822	9.173	17.019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.510	-86.332	-35.723	-75.969
3.03	Resultado Bruto	-29.253	-60.510	-26.550	-58.950
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.830	-48.703	-14.926	-29.387
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.436	-10.886	-2.815	-6.387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.713	-32.618	-13.617	-27.543
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	61	2.078	724	788
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.138	-4.849	-962	-4.076
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	396	-2.428	1.744	7.831
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.083	-109.213	-41.476	-88.337
3.06	Resultado Financeiro	-21.832	-43.105	-21.547	-31.896
3.06.01	Receitas Financeiras	2.416	6.050	4.479	8.998
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.248	-49.155	-26.026	-40.894
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-75.915	-152.318	-63.023	-120.233
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5	-49	0	0
3.08.01	Corrente	-5	-49	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510
3.99.01.02	PN	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510
3.99.02.02	PN	-0,64100	-1,28640	-0,53210	-1,01510

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-75.920	-152.367	-63.023	-120.233
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.746	-10.937	-1.191	4.478
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	-5.682	-11.116	-1.191	4.478
4.02.02	Ganho com Instrumento Financeiro - Ativos Financeiro Disponível para Venda	-64	179	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-81.666	-163.304	-64.214	-115.755
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-81.666	-163.304	-64.214	-115.755

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-97.296	-49.204
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.974	-51.532
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-152.318	-120.233
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	32.273	32.274
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-2.021	1.455
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	2.428	-7.831
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.418	18.875
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.701	2.846
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	434	0
6.01.01.09	Atualização Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	8.925	8.139
6.01.01.10	Provisão para IRPJ e CSLL	-50	0
6.01.01.11	Atualização Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	14.583	14.680
6.01.01.12	atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-1.347	-1.737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.316	17.296
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-13.368	259
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-20	14.702
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-40.687	-3.377
6.01.02.04	Fornecedores	-48.815	5.719
6.01.02.05	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	4.370	995
6.01.02.07	Receita Recebida Antecipadamente	98.760	0
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	-2.556	-1.002
6.01.03	Outros	-24.006	-14.968
6.01.03.01	Pagamento de Juros de Empréstimos	-3.688	-1.867
6.01.03.02	Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	-6.797	0
6.01.03.03	Pagamento de Encargos de Acordos Judiciais	-13.521	-13.101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-365.135	-313.706
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-363.875	-303.635
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1.260	0
6.02.03	Aplicações Financeiras	0	-10.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	369.788	257.017
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	369.788	120.000
6.03.02	Empréstimos Obtidos	0	137.017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-92.643	-105.893
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	256.782	249.074
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	164.139	143.181

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-152.367	-10.937	-163.304	0	-163.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-152.367	0	0	0	-152.367
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.937	0	0	-10.937
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	179	0	0	179
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-11.116	0	0	-11.116
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-651.104	6.006	-382.064	0	-382.064

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-120.233	4.478	-115.755	0	-115.755
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-120.233	0	-120.233	0	-120.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.478	4.478	0	4.478
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	4.478	4.478	0	4.478
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-383.337	6.394	-113.909	0	-113.909

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	42.941	30.278
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.978	22.088
7.01.02	Outras Receitas	2.071	755
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.132	7.435
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-240	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.113	-32.888
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-24.715	-21.717
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.256	-7.311
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4	-318
7.02.04	Outros	-1.138	-3.542
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.828	-2.610
7.04	Retenções	-32.273	-32.274
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.273	-32.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-23.445	-34.884
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.844	18.647
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.428	7.831
7.06.02	Receitas Financeiras	6.785	8.963
7.06.03	Outros	3.487	1.853
7.06.03.01	Aluguéis	3.480	1.785
7.06.03.02	Dividendos	7	68
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.601	-16.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-15.601	-16.237
7.08.01	Pessoal	37.584	28.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.515	14.947
7.08.01.02	Benefícios	4.986	4.087
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.359	1.888
7.08.01.04	Outros	8.724	7.536
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento Voluntário	1.701	2.846
7.08.01.04.02	Mão-de-Obra Temporária - Serviços de Terceiro - PF	33	25
7.08.01.04.03	Outros Encargos Sociais	6.990	4.665
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.263	11.884
7.08.02.01	Federais	8.630	5.697
7.08.02.02	Estaduais	13.447	6.042
7.08.02.03	Municipais	186	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.919	63.654
7.08.03.01	Juros	47.933	40.863
7.08.03.02	Aluguéis	24.743	22.783
7.08.03.03	Outras	4.243	8
7.08.03.03.02	Outras	4.243	8
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-152.367	-120.233
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-152.367	-120.233

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho Telecomunicações Brasileiras S.A. 2º Trimestre de 2016

(NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

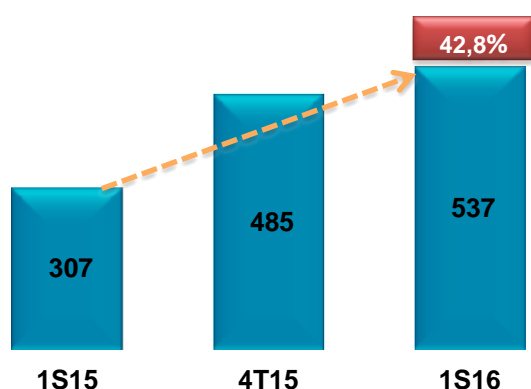
RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

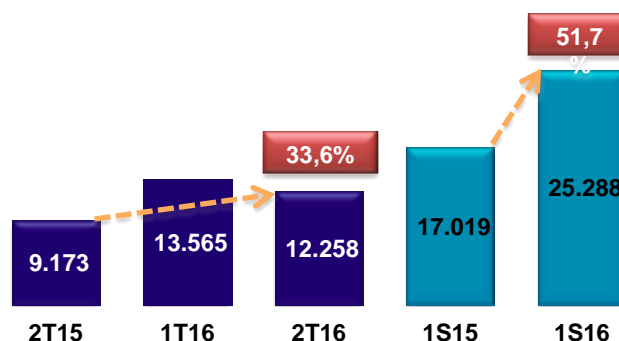
No 2T16 a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 12,6 milhões, um acréscimo de R\$ 3,1 milhões (33,6%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento está ligado ao aumento da base clientes/parceiros (contratos) que no final do 1S16 totalizava 537 contratos comerciais e aditivos assinados (307 no 1S15). No acumulado do 1S16 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 25,3 (R\$ 17,1 no 1S15), 51,7% superior a receita gerada no 1S15. Na distribuição da Receita Operacional Bruta por região, as maiores participações ficam na região centro oeste com 42% (35% 1S15) e a região nordeste com 28% (34% no 1S15).

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15					
Serviços de Comunicação Multimídia	15.674	17.609	12.637	-11,0%	24,0%	33.283	22.113	50,5%
Aluguéis e Locações	1.865	1.615	455	15,5%	309,9%	3.480	1.785	95,0%
Receita Operacional Bruta	17.539	19.224	13.092	-8,8%	34,0%	36.763	23.898	53,8%
Deduções da Receita	(5.282)	(5.659)	(3.919)	-6,7%	34,8%	(10.941)	(6.879)	59,0%
Receita Operacional Líquida	12.257	13.565	9.173	-9,6%	33,6%	25.288	17.019	51,7%

CONTRATOS E ADITIVOS ASSINADOS

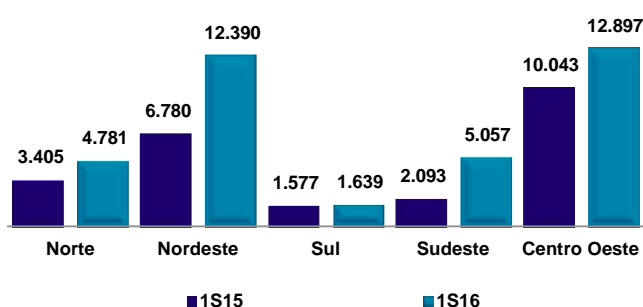


RECEITA LÍQUIDA - R\$ MIL

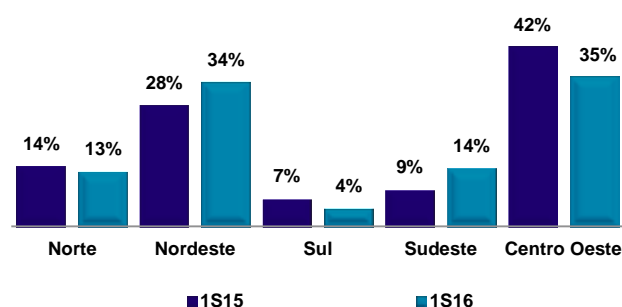


DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE SERVIÇOS POR REGIÃO

RECEITA DE SERVIÇOS POR REGIÃO - R\$ MIL



RECEITA DE SERVIÇOS POR REGIÃO - %



Comentário do Desempenho **Comentário de Desempenho**
Telecomunicações Brasileiras S.A.
2º Trimestre de 2016

CUSTOS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres					1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano			
Pessoal	(17.013)	(17.619)	(12.300)	-3,4%	38,3%	(34.632)	(25.341)	36,7%
Materiais	(18)	(20)	(97)	-10,0%	-81,4%	(38)	(102)	-62,7%
Serviços de Terceiros	(16.522)	(16.136)	(15.080)	2,4%	9,6%	(32.659)	(28.823)	13,3%
Alugueis e Locações	(10.978)	(13.749)	(8.288)	-20,2%	32,5%	(24.727)	(22.767)	8,6%
Meios de Conexão	(2.163)	(2.063)	(4)	4,8%	53975,0%	(4.226)	(6)	N/A
Depreciação e Amortização	(16.136)	(16.137)	(16.142)	0,0%	0,0%	(32.273)	(32.274)	0,0%
Tributos	(13)	(1.012)	(240)	-98,7%	-94,6%	(1.024)	(583)	75,6%
Outras	184	(442)	(4)	-141,6%	-4700,0%	(257)	(3)	8466,7%
Total	(62.659)	(67.178)	(52.155)	-6,7%	20,1%	(129.836)	(109.899)	18,1%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 62,7 milhões no 2T16, uma redução de R\$ 4,5 milhões (-6,7%), em relação ao 1T16 (R\$ 67,2 milhões). Com relação ao 2T15, houve um aumento de R\$ 10,5 milhões (20,1%), justificado, principalmente pelos acréscimos de R\$ 4,7 milhões de Pessoal (38,3%), R\$ 1,4 milhão (9,6%) dos Serviços de Terceiros, R\$ 2,2 milhões em Meios de Conexão e R\$ 2,7 milhões e Alugueis e Locações (32,5%). No 1S16 estes Custos e Despesas totalizaram R\$ 129,8 milhões, R\$ 19,9 milhões (18,1%) superior aos Custos e Despesas gerados no 1S15.

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No 2T16 houve um aumento de R\$ 4,7 milhões (38,3%) em relação ao 2T15. Na comparação com o 1T16, estes Custos e Despesas apresentaram-se estáveis (-3,4%). O crescimento de 36,7% na comparação entre o 1S16 (R\$ 34,6 milhões) e o 1S15 (R\$ 25,3 milhões) teve como principais causas os seguintes eventos:

- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, que concedeu aos Colaboradores a reposição da inflação do período no percentual de 9,93%;
- ✓ Concessão de progressão horizontal por mérito aos colaboradores elegíveis (63 Colaboradores);
- ✓ Admissão de novos Colaboradores por meio de concurso público (70 Concursados).

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No 2T16 os custos/despesas operacionais com Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 16,5 milhões, um incremento de R\$ 1,4 milhão (9,6%) na comparação com o 2T15. No 1S16 os custos/ despesas com Serviços de Terceiros atingiram R\$ 32,6 milhões, acréscimo de R\$ 3,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 28,8 milhões). O aumento está ligado à elevação dos custos do serviço de conexão de internet, ligados a prestação dos serviços, que no 1S16 atingiu R\$ 6,3 milhões (R\$ 4,9 milhão no 1S15) um crescimento de 28,6%. Do total dos custos e despesas operacionais com serviços de terceiros o que apresenta maior participação é o custo de manutenção de planta, que no 1S16 somou-se R\$ 13,6 milhões (R\$ 12,7 milhões no 1S15).

MEIOS DE CONEXÃO: No 2T16 os custos com meios de conexão totalizou R\$ 2,1 milhões, estável em relação ao 1T16 (R\$ 2,1 milhões). No 1S16 estes custos atingiram R\$ 4,2 milhões representados principalmente por custos de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho Telecomunicações Brasileiras S.A. 2º Trimestre de 2016

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres					1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano			
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	48	2.017	684	-97,6%	-93,0%	2.065	748	176,1%
Outras Receitas Operacionais	13		40		-67,5%	13	40	-67,5%
Total	61	2.017	724	-97,0%	-91,6%	2.078	788	-100,0%
Outras Despesas Operacionais								
Multas sobre Tributos	(2.981)		(23)	100,0%		(3.295)	(55)	5.890,9%
Multas sobre Cauções	(593)			100,0%	100,0%	(593)		100,0%
Patrocínios	(287)	(198)	(477)	44,9%	-39,8%	(485)	(513)	-5,5%
Pessoal	(215)	(174)	(71)	23,6%	202,8%	(390)	(73)	434,2%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(31)	(13)	(147)	138,5%	-78,9%	(44)	(2.962)	-98,5%
Outras Despesas Operacionais	(31)	(325)	(244)	-90,5%	-87,3%	(42)	(473)	-91,1%
Total	(4.138)	(710)	(962)	482,8%	330,1%	(4.849)	(4.076)	-100,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	(4.077)	1.307	(238)			(2.771)	(3.288)	

No 2T16 o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi negativa, no total de R\$ 4,1 milhões. Na comparação com o 2T15, houve uma redução de R\$ 3,8 milhões. A redução teve como principal causa à incidência de multas sobre tributos, que no 2T16 totalizou R\$ 2,9 milhões (R\$ 0,02 milhão no 2T15). No 1S16 o resultado foi parcialmente amortizado pelo registro de reversão da provisão de riscos trabalhistas, Cíveis e Fiscais no montante de R\$ 2,6 milhões (R\$ 0,7 milhão no 1S15).

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres					1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano			
Receitas Financeiras								
Juros sobre Disponibilidades	2.209	2.933	3.554	-24,7%	-37,8%	5.142	7.018	-26,7%
Juros sobre depósitos Judiciais	738	609	820	21,2%	-10,0%	1.347	1.737	-22,5%
Outras Receitas Financeiras	199	92	102	116,3%	95,1%	291	185	57,3%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(730)			100,0%	100,0%	(730)		100,0%
Total	2.416	3.634	4.476	-33,5%	-46,0%	6.050	8.940	-32,3%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(12.667)	(11.751)	(6.637)	7,8%	90,9%	(24.418)	(14.607)	67,2%
Juros sobre Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.481)	(3.070)	(1.235)	-51,8%	19,9%	(4.551)	(3.669)	24,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(8.143)	(9.903)	(14.680)	-17,8%	-44,5%	(14.583)	(14.680)	-0,7%
VM Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(911)		(1.015)	100,0%	-10,2%	(4.374)	(4.470)	-2,1%
Outras Despesas Financeiras	(1.045)	(183)	(2.459)	471,0%	-57,5%	(1.228)	(3.468)	-64,6%
Total	(24.247)	(24.907)	(26.026)	-2,6%	-6,8%	(49.154)	(40.894)	20,2%
Variação Cambial, Líquida	(1)		3	100,0%	133,3%	(1)	58	101,7%
Resultado Financeiro	(21.832)	(21.273)	(21.547)			(43.105)	(31.896)	

No 2T16 o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 21,8 milhões e permanecendo estável em relação ao 1T16 (R\$ 21,3 milhões) e 2T15.(R\$ 21,2 milhões no 2T15). Na comparação entre o 1S16 e o 1S15 o resultado negativo foi de R\$ 43,1, R\$ 11,0 milhões superior ao resultado gerado no 1S15. Os principais elementos que contribuíram para estas variações foram: Juros sobre Adiantamentos para Futuro

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho Telecomunicações Brasileiras S.A. 2º Trimestre de 2016

Aumento de Capital (R\$ 24,4 milhões no 1S16 contra R\$ R\$ 14,6 milhões no 1S15), Juros e Variação Monetária sobre Acordos Judiciais (R\$ 14,6 milhões no 1S16 e 1S15). Estes itens de despesas financeiras foram parcialmente amortizados pelos Juros sobre as Disponibilidades, que totalizaram R\$ 5,1 milhões no 1S16 e R\$ 7,0 no 1S15.

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres						1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano				
Prejuízo Consolidado do Período	(75.920)	(76.447)	(63.023)	-0,7%	20,5%	(152.367)	(120.233)	26,7%	
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	5	44	-	-88,6%	100,0%	49		100,0%	
(+/-) Resultado Financeiro	21.832	21.273	21.547	2,6%	1,3%	43.105	31.896	35,1%	
(+/-) Depreciação e Amortização	16.136	16.137	16.142	0,0%	0,0%	32.273	32.274	0,0%	
EBITDA	(37.947)	(38.993)	(25.334)	-2,7%	49,8%	(76.940)	(56.063)	32,2%	
Ajustes:									
(+/-) Equivalência Patrimonial	(396)	2.824	(1.744)	-114,0%	-77,3%	2.428	(7.831)	-131,0%	
EBITDA Ajustado	(38.343)	(36.169)	(27.078)	6,0%	41,6%	(74.512)	(63.894)	16,6%	
Margem EBITDA	-309,6%	-287,5%	-276,2%	7,7%	12,1%	-304,3%	-329,4%		
Margem EBITDA Ajustado	-312,8%	-266,6%	-295,2%	17,3%	6,0%	-294,7%	-375,4%		

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 2T16 o EBITDA Ajustado foi negativo, no montante de R\$ 38,3 milhões (R\$ 27,0 milhões no 2T15), demonstrando um aumento da insuficiência de geração de caixa operacional de 41,6%. Com relação 1T16, o EBITDA Ajustado apresentou um aumento de insuficiência de 6%. No acumulado do semestre o EBITDA Ajustado foi negativo no valor de R\$ 74,5 milhões, 16,6% superior ao 1S15 (R\$ 63,9 milhões). A Margem EBITDA Ajustada no 1S16 foi de -119,1%, enquanto no 1S15 foi de -156,2%. O principal ofensor do EBITDA nos semestres comparados foram os custos e despesas com pessoal, que cresceu de 36,7%.

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

R\$ Mil	Trimestres						1S16	1S15
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano			
Prejuízo Consolidado do Período	(75.920)	(76.447)	(63.023)	-0,7%	20,5%	(152.367)	(120.233)	
Margem Líquida	-619,4%	(563,6%)	(687,0%)	9,9%	-9,8%	-590,1	-706,5	
Prejuízo Atribuído aos Acionistas Controladores	(75.920)	(76.447)	(63.023)	-0,7%	20,5%	(152.367)	(120.233)	
Prejuízo por Ação (R\$)	(0,6410)	(0,6454)	(0,5321)	-0,7%	20,5%	(1,2864)	(1,0151)	

O Prejuízo Consolidado no 2T16 foi de R\$ 75,9 milhões (R\$ 63,0 milhões no 2T15 e R\$ 76,4 milhões no 1T16), com variações de 20,5% e -0,7% respectivamente. No acumulado do semestre o prejuízo foi de R\$ 152,4 milhões (R\$ 120,2 milhões no 1S15).

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho Telecomunicações Brasileiras S.A. 2º Trimestre de 2016

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

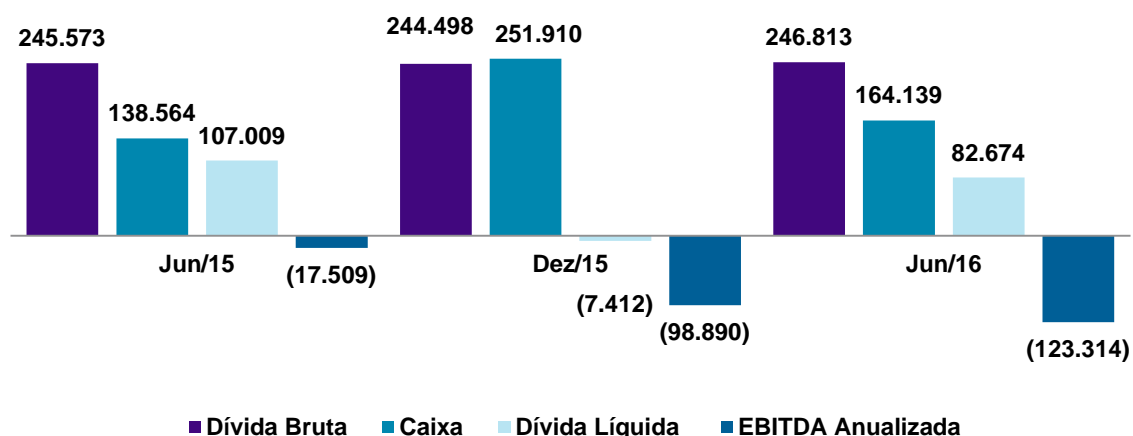
DÍVIDA LÍQUIDA

R\$ Mil	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	3.504	622	5.193	463,3%	-32,5%
Longo Prazo	243.309	243.876	240.380	-0,2%	1,2%
Dívida Bruta	246.813	244.498	245.573	0,9%	0,5%
(-) Caixa Disponível	164.139	251.910	138.564	-34,8%	18,5%
Dívida Líquida	82.674	(7.412)	107.009	-1215,4%	-22,7%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	-	-	-

*EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores

A Dívida Bruta Consolidada apresentou-se estável na comparação entre os períodos apresentados. A estabilidade é justificada pela vigência da carência do contrato de empréstimo firmado junto a FINEP, que prevê o início da amortização do principal para dezembro de 2017. Com relação à Dívida Líquida ocorreu uma redução de 22,7% em relação a junho de 2015. O indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA não é apresentado para os períodos comparados devido ao resultado do EBITDA anualizado ser negativo para estes os períodos.

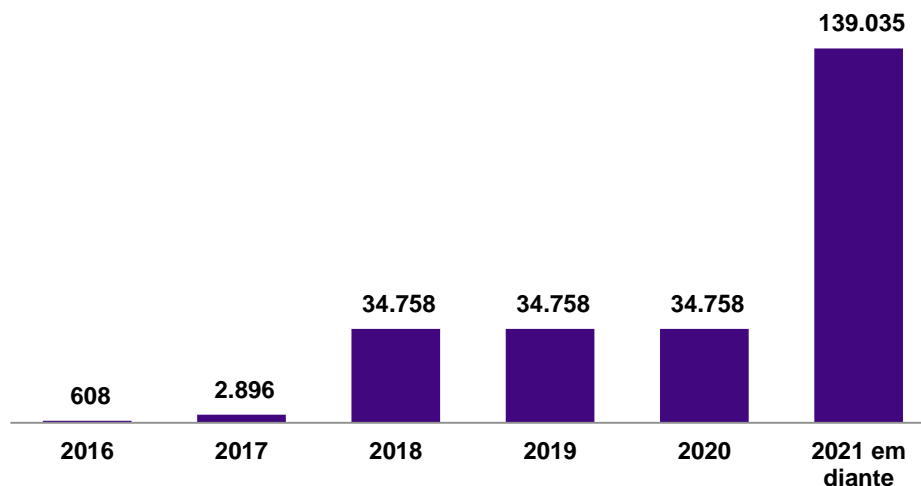
COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho Telecomunicações Brasileiras S.A. 2º Trimestre de 2016

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL



MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

R\$ mil

Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015	244.498
Encargos Incorridos no Período	3.673
Juros Pagos	(3.688)
Atualização Monetária	2.330
Saldo em 30 de junho de 2016	246.813

CAPEX

DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX

R\$ mil	Trimestres					1S16	1S15	Δ Ano
	2T16	1T16	2T15	Δ Trim.	Δ Ano			
Satélite (*)	211.598	974	223.739	21628,8%	-5,4%	212.572	224.668	-5,4%
PNBL	15.698	7.088	6.867	121,5%	128,6%	22.703	13.556	67,5%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática	746	654	1.121	14,1%	-33,5%	1.400	1.921	-27,1%
Outros	1.262	80	198	1472,7%	538,6%	1.338	1	
Total	229.304	8.795	231.924	2507,1%	-1,1%	238.013	240.146	-0,9%

* Exclui Encargos Capitalizados de AFAC e Empréstimos.

No 1S16 a Telebras realizou investimentos da ordem de R\$ 238,0 milhões (R\$ 240,1 no 1S15) redução de 0,9%. O principal destino dos investimentos realizados pela Telebras foi no Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - (Projeto SGDC), que recebeu 89,3% dos recursos aplicados no 1S16 (93,5% no 1S15).

Comentário do Desempenho **Comentário de Desempenho**
Telecomunicações Brasileiras S.A.
2º Trimestre de 2016

ANEXO I**Trimestres**

R\$ mil	2T16	1T16	2T15	1S16	1S15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17.539	19.224	13.092	36.763	23.898
Serviços de Comunicação Multimídia	15.674	17.609	12.637	33.283	22.113
Alugueis e Locações	1.865	1.615	455	3.480	1.785
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(5.282)	(5.659)	(3.919)	(10.941)	(6.879)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(4.992)	(5.644)	(3.895)	(10.636)	(6.854)
Descontos Incondicionais	(290)	(15)	(24)	(305)	(25)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.257	13.565	9.173	25.822	17.019
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(50.204)	(52.558)	(34.507)	(102.762)	(73.082)
Pessoal	(17.013)	(17.619)	(12.300)	(34.632)	(25.341)
Serviços de Terceiros	(16.522)	(16.136)	(15.080)	(32.659)	(28.823)
Alugueis e Locações	(10.978)	(13.749)	(8.288)	(24.727)	(22.767)
Meios de Conexão	(2.163)	(2.063)	(4)	(4.226)	(6)
Material	(18)	(20)	(97)	(38)	(102)
Tributos	(13)	(1.012)	(240)	(1.024)	(583)
Equivalência Patrimonial	396	(2.824)	1.744	(2.428)	7.831
Outras Despesas Operacionais	(3.954)	(1.152)	(966)	(5.106)	(4.079)
Outras Receitas Operacionais	61	2.017	724	2.078	788
EBITDA	(37.947)	(38.993)	(25.334)	(76.940)	(56.063)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>-309,59%</i>	<i>-287,45%</i>	<i>-276,18%</i>	<i>-297,96%</i>	<i>-329,41%</i>
Depreciação e Amortização	(16.136)	(16.137)	(16.142)	(32.273)	(32.274)
EBIT	(54.083)	(55.130)	(41.476)	(109.213)	(88.337)
Resultado Financeiro	(21.832)	(21.273)	(21.547)	(43.105)	(31.896)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(75.915)	(76.403)	(63.023)	(152.318)	(120.233)
DEDUÇÕES DO RESULTADO	(5)	(44)		(49)	
IRPJ/CSLL	(5)	(44)		(49)	
PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(75.920)	(76.447)	(63.023)	(152.367)	(120.233)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(75.920)	(76.447)	(63.023)	(152.367)	(120.233)
<i>Margem Líquida</i>	<i>-619,40%</i>	<i>-563,56%</i>	<i>-687,05%</i>	<i>-590,07%</i>	<i>-706,46%</i>
Quantidade de Ações em Mil	118.441	118.441	118.441	118.441	118.441
<i>Prejuízo Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)</i>	<i>(0,6410)</i>	<i>(0,6454)</i>	<i>(0,5321)</i>	<i>(1,2864)</i>	<i>(1,0151)</i>

Comentário do Desempenho **Comentário de Desempenho**
Telecomunicações Brasileiras S.A.
2º Trimestre de 2016

ANEXO II

Balço Patrimonial - R\$ mil	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Total Ativo	2.747.939	2.554.529	1.982.591
Circulante	350.632	423.053	261.738
Caixa e Equivalentes de Caixa	164.139	256.782	143.181
Contas a Receber de Clientes	51.056	38.122	28.670
Tributos a Recuperar	70.185	57.005	25.579
Depósitos Judiciais	33.052	33.537	32.064
Dividendos a Receber	5.456	10.362	5.456
Aplicações Financeiras	1.616	1.442	1.730
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	12.147	10.717	11.014
Outros Ativos Realizáveis	12.981	15.086	14.044
Não Circulante	2.397.307	2.131.476	1.720.853
Aplicações Financeiras	48.498	45.885	33.068
Tributos a Recuperar	165.125	137.618	132.775
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.248	20.618	20.189
Depósitos Judiciais	3.531	1.679	1.551
Outros Ativos Realizáveis	13		
Realizável a Longo Prazo	238.415	205.800	187.583
Investimentos	47.854	55.231	36.876
Imobilizado	2.091.247	1.850.122	1.475.817
Intangível	19.791	20.323	20.577
Total Passivo	2.747.939	2.554.529	1.982.591
Circulante	121.878	321.781	304.898
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	12.618	8.248	10.696
Fornecedores	60.331	278.470	261.584
Tributos a Recolher	5.989	7.740	5.954
Empréstimos	3.504	622	595
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	16.525	14.140	14.321
Credores por Perdas Judiciais	16.122	4.250	4.597
Outras Obrigações	6.789	8.311	7.151
Não Circulante	3.008.125	2.451.508	1.791.602
Tributos a Recolher	434	434	434
Empréstimos	243.309	243.876	240.380
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	24.463	94.608	85.606
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	49.653	47.786	46.897
Credores por Perdas Judiciais	334.023	276.965	276.965
Grupamento de Ações	13.107	13.107	13.117
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682	48.682	48.682
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.789.574	1.320.458	977.001
Receita Recebida Antecipadamente	489.360	390.600	94.199
Outras Obrigações	15.520	14.992	8.321
Patrimônio Líquido	(382.064)	(218.760)	(113.909)
Capital Social	263.145	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(651.104)	(498.737)	(383.337)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.006	16.943	6.394
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Comentário do Desempenho **Comentário de Desempenho**
Telecomunicações Brasileiras S.A.
2º Trimestre de 2016

ANEXO III

R\$ mil	Trimestres			1S16	1S15
	2T16	1T16	2T15		
Recursos Gerados/(Consumidos) nas Atividades:					
Operacionais	(81.779)	(10.645)	14.085	(92.424)	(49.204)
Investimento	(119.170)	(245.965)	(305.549)	(365.135)	(313.706)
Financiamento	205.000	164.788	257.017	369.788	257.017
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	4.051	(91.822)	(34.447)	(87.771)	(105.893)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	160.088	251.910	177.628	251.910	249.074
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	164.139	160.088	143.181	164.139	143.181
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.051	(91.822)	(34.447)	(87.771)	(105.893)



1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras –, sediada no Setor Comercial Sul – SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília (DF) – CEP: 70.308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

Em 30 de junho de 2016, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 30 de junho de 2016:

ORDEM	ORDINÁRIAS NOMINATIVAS			PORTADOR		TOTAL		
	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%
1	UNIAO FEDERAL	56.135.733	57,61	UNIAO FEDERAL	1.155	UNIAO	56.136.888	47,4
2	FINEP	32.316.006	33,17	FINEP	-	FINEP	32.316.006	27,28
3	OUTROS	8.987.980	9,22	OUTROS	21.001.844	OUTROS	29.989.824	25,32
	TOTAL	97.439.719	100	TOTAL	21.002.999	TOTAL	118.442.718	100

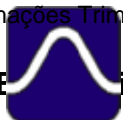
Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Em 10 de agosto de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias do segundo trimestre de 2016, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

1.2. Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta de incorporação da sua subsidiária integral Telebras Copa S.A., sociedade anônima de capital



fechado, e que a Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

A Incorporação faz parte de um processo de reorganização, após a finalização dos eventos para os quais a TELEBRAS COPA foi constituída a fim de prestar serviços de telecomunicações, que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da TELEBRAS.

A Incorporação resultará na simplificação da estrutura societária e operacional atual, com a consequente redução de custos financeiros e operacionais.

Por se tratar de incorporações de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações. A ação representativa do capital social da Telebras Copa S.A. será extinta, promovendo-se os necessários registros contábeis na Telebras.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral oportuna e adequadamente informados a respeito de quaisquer desenvolvimentos relativos à operação de incorporação até sua conclusão.

1.3. Programa Brasil Inteligente

A Telebras vai conectar com banda larga de qualidade 30 mil escolas urbanas e rurais até 2019, beneficiando cerca de 20 milhões de estudantes, com o Programa Minha Escola Mais Inteligente. O programa em 9 de maio de 2016, dentro do programa Brasil Inteligente, a nova fase do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O programa Minha Escola Mais Inteligente é desenvolvido pela Telebras juntamente com os ministérios das Comunicações e da Educação. O objetivo é chegar com uma velocidade média de 78 megabits por segundo (Mbps) em cada escola, facilitando o transporte de conteúdo e o acesso às informações por parte dos alunos e professores.

O Brasil Inteligente prevê, entre outras ações, a universalização do acesso à internet e o aumento da velocidade média da banda larga fixa no País. O objetivo do programa é garantir o acesso à banda larga de alta velocidade para 95% da população e levar fibra óptica para 70% dos municípios até 2018.

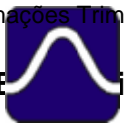
O Ministério das Comunicações vai disponibilizar, ainda este ano, R\$ 350 milhões para a conexão das escolas, enquanto o MEC prevê investimentos de R\$ 400 milhões em 2017, R\$ 500 milhões em 2018 e R\$ 600 milhões em 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.



Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 22 de março de 2016 na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 30 de junho de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

2.4 Base de consolidação

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

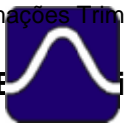
Investidas	Tipo de Investimento	% de Participação		País (Sede)
		30/06/2016	31/12/2015	
Telebrás Copa S.A	Controlada Integral	100%	100%	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A	Coligada	49%	49%	Brasil
Cabos Brasil Europa S.A	Coligada	35%	35%	Brasil

As participações societárias em sociedades controladas ou em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias individuais. Nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas.

2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

- a. Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21,(R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.



Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e, de maneira geral, introduzem melhorias aos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

- b. Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Informações Contábeis Intermediárias. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
- i. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
 - ii. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
 - iii. IFRS 16 – Lease;
 - iv. Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
 - v. Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
 - vi. Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
 - vii. Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
 - viii. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
 - ix. Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação; e
 - x. Melhorias Anuais nas IFRS´s ciclo 2012 – 2014.

3. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 E NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2015 e das Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados e reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2016. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos entre os períodos.

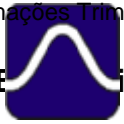
3.1. Balanço Patrimonial

	Controladora								
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações							Reapresentado 31/12/2015
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	
ATIVO CIRCULANTE	408.743		(20.618)						388.125
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.910								251.910
Contas a Receber de Clientes	15.685								15.685
Tributos a Recuperar						55.695			55.695
Tributos Federais a Recuperar	54.298					(54.298)			
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)			
Depósitos Judiciais	33.537								33.537
Dividendos a Receber	10.362								10.362
Aplicações Financeiras								1.442	1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)						10.717
Outros Ativos Realizáveis	10.219							(1.442)	8.777
NÃO CIRCULANTE	2.145.786		20.618						2.166.404
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	190.866		20.618						211.484
Aplicações Financeiras	45.885								45.885
Tributos a Recuperar						137.618			137.618
Tributos Federais a Recuperar	121.702					(121.702)			
ICMS a Recuperar	15.916					(15.916)			
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618						20.618
Depósitos Judiciais	1.679								1.679
Outros Ativos Realizáveis	5.684								5.684
Investimentos	84.475								84.475
Imobilizado	1.850.122								1.850.122
Intangível	20.323								20.323
TOTAL	2.554.529								2.554.529
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)				321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248								8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)						
Fornecedores	278.470								278.470
Tributos a Recolher							7.740		7.740
Empréstimos		622							622
Provisão para Contingências	14.140								14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250					4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)				
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)		8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107				2.451.508
Tributos a Recolher							434		434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786						47.786
Empréstimos	243.876								243.876
Provisão para Contingências	94.608								94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965								276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682								48.682
Grupamento de Ações					13.107				13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458								1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600								390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)		14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)								(218.760)
Capital Social	263.145								263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)								(498.737)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943								16.943
Ações em Tesouraria	(111)								(111)
TOTAL	2.554.529								2.554.529

	Consolidado								Reapresentado 31/12/2015
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações						Aplicações Financeiras	
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher		
ATIVO CIRCULANTE	443.671		(20.618)						423.053
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.782								256.782
Contas a Receber de Clientes	38.122								38.122
Tributos a Recuperar						57.005			57.005
Tributos Federais a Recuperar	55.808					(55.608)			
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)			
Depósitos Judiciais	33.537								33.537
Dividendos a Receber	10.362								10.362
Aplicações Financeiras								1.442	1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)						10.717
Outros Ativos Realizáveis	16.528							(1.442)	15.086
NÃO CIRCULANTE	2.110.858		20.618						2.131.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	185.182		20.618						205.800
Aplicações Financeiras	45.885								45.885
Tributos Federais a Recuperar	121.702								121.702
ICMS a Recuperar	15.916								15.916
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618						20.618
Depósitos Judiciais	1.679								1.679
Investimentos	55.231								55.231
Imobilizado	1.850.122								1.850.122
Intangível	20.323								20.323
TOTAL	2.554.529								2.554.529
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)				321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248								8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)						
Fornecedores	278.470								278.470
Tributos a Recolher						7.740			7.740
Empréstimos		622							622
Provisão para Contingências	14.140								14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250					4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)				
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)		8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107				2.451.508
Tributos a Recolher							434		434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786						47.786
Empréstimos	243.876								243.876
Provisão para Contingências	94.608								94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965								276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682								48.682
Grupamento de Ações					13.107				13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458								1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600								390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)		14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)								(218.760)
Capital Social	263.145								263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)								(498.737)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943								16.943
Ações em Tesouraria	(111)								(111)
TOTAL	2.554.529								2.554.529

3.1.1. Justificativas para as reclassificações

Tributos Federais a Recuperar e ICMS a Recuperar: A reclassificação destas rubricas para a rubrica de Tributos a Recuperar, justifica-se pelo fato que os valores dos tributos a recuperar por esfera de governo já é apresentado em quadro específico nas notas explicativas (Nota Explicativa 7).



Empréstimos: O valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) registrado no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) está sendo reclassificado para rubrica específica no passivo circulante “Empréstimos”, para melhor entendimento desta operação.

Tributos a Recolher: O valor de tributos a recolher sobre prestação de serviços reconhecidos no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, os valores destes tributos estão sendo reclassificados para rubrica específica no passivo circulante “Tributos a Recolher”, para melhor entendimento desta operação por parte dos usuários da informação.

Credores por Perdas Judiciais: O valor da atualização monetária da dívida com a PREVI (Nota Explicativa 21) reconhecida no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentada dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor desta atualização monetária está sendo reclassificada para rubrica específica no passivo circulante “Credores por Perdas Judiciais”, de mesma natureza da rubrica em que está reconhecida a dívida original da PREVI no passivo não circulante, melhorado assim, o entendimento da operação por partes dos usuários da informação.

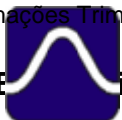
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): O programa foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os empregados que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho.

O programa contemplava benefícios aos empregados, a serem concedidos quando se desligassem da empresa, constituídos as seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- a) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo empregado no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- b) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- c) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde;
- d) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

Em reunião ordinária da Diretoria realizada em 04 de abril de 2013, conforme ata de número 1145ª a diretoria decidiu que todos os atuais empregados efetivos da Telebrás, sem exceção (se elegível), têm direito às verbas contidas no Manual do Programa, além daquelas decorrentes da lei, quando do seu desligamento, seja, por pedido demissão ou por desligamento por iniciativa da empresa.

Diante do exposto, a Administração entende a que a reclassificação desta provisão do passivo circulante para o passivo não circulante representa de forma mais fidedigna o tempo de realização dos valores desta provisão. Isto se deve, pelo fato que a realização ocorre quando o



beneficiário do programa adere e solicita o seu desligamento e/ou quando há o desligamento por iniciativa da empresa.

Estes eventos não são recorrentes e a tendência é que a realização total do programa ocorra em um período superior a um exercício social.

Outro fato importante, que justifica a reclassificação para o passivo não circulante é a impossibilidade de mensurar o valor a ser reconhecido no passivo circulante, em função de não haver um cronograma desligamento e a decisão da adesão ser uma discricionariedade do beneficiário do programa e/ou uma iniciativa da empresa.

Valores a Receber de Colaboradores Cedidos: Devido à reclassificação dos valores da Provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados (item acima) do passivo circulante para o passivo não circulante, a Administração entende que os valores a receber de Colaboradores cedidos a outros órgãos e que são beneficiários do programa, também devem ser reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante para que a qualidade (uniformidade) da informação seja mantida. Os órgãos aos quais estes colaboradores estão cedidos deverão ressarcir a Telebras pelos desembolsos realizados quando do pagamento da indenização.

Grupamento de Ações: Nesta conta está registrado o valor de sobra da fração de ações que não foram possíveis de grupamento em lotes de ações fechados. Este valor deverá ser ressarcido aos acionistas pelo valor corresponde à fração da quantidade de ações detidas e que não puderam ser agrupadas em lotes fechado.

O ressarcimento é operacionalizado pela entidade responsável pela custódia dos títulos, que solicita da Telebras o repasse de valor sempre que houver manifestação dos acionistas em receber tais valores.

O saldo desta conta em 31 de junho de 2016 é de R\$ 13.107, e foi constituída em março de 2011 no montante de R\$ 13.540. A realização deste valor entre a data de constituição e data do último balanço patrimonial (31 de dezembro de 2015) foi de 3,2% do valor constituído, ou seja, R\$ 433.

A julgar pelo nível de realização deste valor percebe-se que a quitação desta obrigação ocorrerá em um período superior a um exercício social, apesar de sua realização está ligada diretamente a manifestação dos acionistas em receber tais valores.

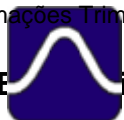
Devido ao histórico de realização de pagamento se apresentar lento e com grande possibilidade de liquidação em período superior a um exercício social, a melhor forma de apresentação desta rubrica no balanço patrimonial seria no passivo não circulante.

Aplicações Financeiras: A Companhia está reclassificando os valores relativos a aplicações financeiras em ações de empresas de telecomunicações e do Fundo de Investimento da Amazônia, que estavam reconhecidos como bens destinados a venda para a rubrica de aplicações financeiras. A reclassificação visa adequar à correta classificação destes investimentos, pois a Companhia não tem a intenção de permanecer com os mesmos. Assim, foi realizada a reclassificação destes investimentos como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda, com mensuração pelo valor justo e a variação reconhecida no patrimônio líquido.

3.2. Demonstração do Resultado

	Controladora							
	Período de três meses findo em:				Período de seis meses findo em:			
	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015
Encargos AFAC		Encargos Empréstimos	Encargos AFAC			Encargos Empréstimos		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.173			9.173	17.019			17.019
Custos dos Serviços Prestados	(35.723)			(35.723)	(75.969)			(75.969)
Lucro Bruto	(26.550)			(26.550)	(58.950)			(58.950)
Receitas / (Despesas) Operacionais	(13.938)			(13.938)	(25.719)			(25.719)
Comercialização dos Serviços	(2.815)			(2.815)	(6.387)			(6.387)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.617)			(13.617)	(27.543)			(27.543)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.732			2.732	11.499			11.499
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(238)			(238)	(3.288)			(3.288)
Outras Receitas Operacionais	724			724	788			788
Outras Despesas Operacionais	(962)			(962)	(4.076)			(4.076)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(40.488)			(40.488)	(84.669)			(84.669)
Resultado Financeiro	(41.107)	15.304	3.268	(22.535)	(66.308)	26.478	4.266	(35.564)
Receitas Financeiras	4.733	(1.243)	(2)	3.488	9.182	(3.908)	(2)	5.272
Despesas Financeiras	(45.843)	16.547	3.270	(26.026)	(75.548)	30.386	4.268	(40.894)
Variação Cambial	3			3	58			58
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(81.595)	15.304	3.268	(63.023)	(150.977)	26.478	4.266	(120.233)
Imposto de Renda e Contribuição Social								
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente								
Prejuízo do Período	(81.595)	15.304	3.268	(63.023)	(150.977)	26.478	4.266	(120.233)

	Consolidado							
	Período de três meses findo em:				Período de seis meses findo em:			
	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015
Encargos AFAC		Encargos Empréstimos	Encargos AFAC			Encargos Empréstimos		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.173			9.173	17.019			17.019
Custos dos Serviços Prestados	(35.723)			(35.723)	(75.969)			(75.969)
Lucro Bruto	(26.550)			(26.550)	(58.950)			(58.950)
Receitas / (Despesas) Operacionais	(14.926)			(14.926)	(29.387)			(29.387)
Comercialização dos Serviços	(2.815)			(2.815)	(6.387)			(6.387)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.617)			(13.617)	(27.543)			(27.543)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.744			1.744	7.831			7.831
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(238)			(238)	(3.288)			(3.288)
Outras Receitas Operacionais	724			724	788			788
Outras Despesas Operacionais	(962)			(962)	(4.076)			(4.076)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(41.476)			(41.476)	(88.337)	-	-	(88.337)
Resultado Financeiro	(40.119)	15.304	3.268	(21.547)	(62.640)	26.478	4.266	(31.895)
Receitas Financeiras	5.721	(1.243)	(2)	4.476	12.850	(3.908)	(2)	8.940
Despesas Financeiras	(45.843)	16.547	3.270	(26.026)	(75.548)	30.386	4.268	(40.894)
Variação Cambial	3			3	58			58



	Consolidado							
	Período de três meses findo em:				Período de seis meses findo em:			
	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015	Divulgado em 30/06/2015	Ajustes		Reapresentado 30/06/2015
Encargos AFAC		Encargos Empréstimos	Encargos AFAC			Encargos Empréstimos		
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(81.595)	15.304	3.268	(63.023)	(150.977)	26.478	4.266	(120.233)
Imposto de Renda e Contribuição Social								
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente								
Prejuízo do Período	(81.595)	15.304	3.268	(63.023)	(150.977)	26.478	4.266	(120.233)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(81.595)			(63.023)	(150.977)			(120.233)

3.2.1. Justificativas para as reclassificações

Capitalização de Encargos Financeiros de AFAC e Empréstimos: A Companhia realizou a reclassificação dos encargos financeiros de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do empréstimo captado junto a FINEP, e que estão financiando o custo de construção de ativo qualificável. Esta reclassificação visa atender aos preceitos da norma CPC 20 – Custo dos Empréstimos, que trata do assunto e também para manter a comparabilidade dos valores apresentados no 2T16. O montante reclassificado foi de R\$ 30.745 e impactou o Resultado Financeiro, o Imobilizado e o Patrimônio Líquido da Companhia.

4. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Fatores de risco

A Administração da Companhia e sua controlada têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

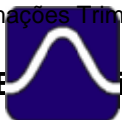
Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em sua controlada, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.



4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

4.1.2.1 Inadimplência do contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

4.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e Investimento financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido a restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil que estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A..

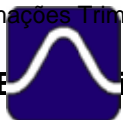
4.1.3 Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	60.331	60.331				
Empréstimos e Financiamentos	246.813	608	2.897	69.516	104.274	69.518
Acordo Judicial Funcef	70.826	11.354		3.964	11.895	43.613
Acordo Judicial PREVI	143.770	6.812	6.812	27.248	40.872	62.026
Total	521.740	79.105	9.709	100.728	157.041	175.157



4.1.4 Risco de mercado

4.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxa pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para o este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A..

4.1.5 Risco de operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

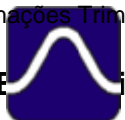
O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além desse aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da TELEBRAS, tais como a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRAS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- a) Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- b) Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- c) SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- d) Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;



- e) Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (*backbone/backhaul*) e nos acessos (última milha); e
- f) Cumprimento de Acordo de Nível de Serviços Contratados.

A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2015, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização:

Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
TOTAL	129.622	209.233	333.988	442.071	547.043

4.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

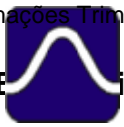
Considerando que a Companhia não está exposta a risco significativos relacionados à gestão de capital, créditos dos investimentos financeiros, liquidez e mercado, conforme demonstrado anteriormente, a Administração entende não relevante a divulgação da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

4.3 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e sua controlada estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6), Títulos mobiliários (Nota Explicativa 12), Dividendos a receber (Nota Explicativa 11), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos (Nota Explicativa 23) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

4.3.1 Classificação

O Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.



4.3.1.1 Instrumento financeiros ativos

4.3.1.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia e sua controlada. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5) e Aplicações financeira (Nota Explicativa 12).

4.3.1.1.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 5); Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6); e Dividendos a receber (Nota Explicativa 11).

4.3.1.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia classificou tem classificado nesta categoria Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 12).

4.3.1.2 Instrumento financeiros passivos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.



A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos (Nota Explicativa 23) e Credores por Acordos Judiciais (Nota Explicativa 21).

4.3.2 Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada.

4.3.3.1 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço



praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	163.146	163.146	163.146	163.146
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	993	993	993	993
Contas a Receber	Custo Amortizado		28.619	28.619	51.056	51.056
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		48.498	48.498	48.498	48.498
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.616	1.616	1.616	1.616
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		60.331	60.331	60.331	60.331
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		246.813	246.813	246.813	246.813
Cretores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		350.145	350.145	350.145	350.145

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	251.276	251.276	256.123	256.123
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	634	634	659	659
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.685	15.685	38.122	38.122
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		10.362	10.362	10.362	10.362

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		45.885	45.885	45.885	45.885
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.442	1.442	1.442	1.442
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		278.470	278.470	278.470	278.470
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		244.498	244.498	244.498	244.498
Cretores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		281.215	281.215	281.215	281.215

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e Banco Conta Movimento	993	634	993	659
Aplicações Financeiras	163.146	251.276	163.146	256.123
Total	164.139	251.910	164.139	256.782

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

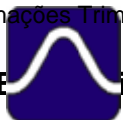
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)			22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	29.602	16.428	29.602	16.428
Total a Receber Bruto	29.602	16.428	52.039	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(983)	(743)	(983)	(743)
Total a Receber Líquido	28.619	15.685	51.056	38.122

i) A controlada TELEBRAS COPA S.A tem registrado contas a receber referente ao contrato celebrado com o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

6.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição do contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
A vencer	7.781	2.448	7.781	2.448
Não Faturado	2.935	1.248	2.935	1.248
Vencidos	18.886	12.732	41.323	35.169
Até 30 dias	4.589	1.261	4.589	1.261
31 a 60 dias	2.129	1.076	2.129	1.076
61 a 90 dias	2.501	842	2.501	842
91 a 120 dias	1	5.584	1	5.584
121 a 150 dias	823	199	823	199
151 a 180 dias	610	257	610	257
Acima de 180 dias	8.233	3.513	30.670	25.950
Contas a Receber - Bruto	29.602	16.428	52.039	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(983)	(743)	(983)	(743)
Contas a Receber - Líquido	28.619	15.685	51.056	38.122

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

6.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes da prestação de serviços pela Companhia. Em 30 de junho de 2016, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas no valor de R\$ 943 (R\$ 743 em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da prestação dos serviços.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no trimestre findo em 30 de junho de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-
Adições	(743)	(743)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)	(743)
Adições	(434)	(434)
Reversão de Provisão	194	194
Saldo em 30 de junho de 2016	(983)	(983)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
IR a restituir/compensar e retenções (i)	141.349	133.093	142.669	134.403
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.557	22.543	22.557
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.386	5.376	6.386	5.376
PIS e COFINS	18.523	14.918	18.523	14.918
FUST	19	19	19	19
FUNTELL	24	24	24	24
INSS	13	13	13	13
Tributos Federais:	188.857	176.000	190.177	177.310
ICMS a recuperar	45.133	17.313	45.133	17.313
Tributos Estaduais:	45.133	17.313	45.133	17.313
Total	233.990	193.313	235.310	194.623
Circulante	68.865	55.695	70.185	57.005
Não Circulante	165.125	137.618	165.125	137.618

i) Inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.459 (R\$ 135.459 em 31 de dezembro de 2015), que constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Este crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014.

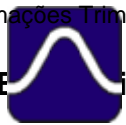
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2016		30/06/2015		30/06/2016		30/06/2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(152.367)	(152.367)	(120.233)	(120.233)	(152.318)	(152.318)	(120.233)	(120.233)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(71.786)	(71.786)	(12.905)	(12.905)	(72.260)	(72.260)	(9.237)	(9.237)
Adições permanentes	3.391	3.391	577	577	2.917	2.917	577	577
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.902	2.902			2.428	2.428		
Outras Adições	489	489	577	577	489	489	577	577
Exclusões permanentes	(75.177)	(75.177)	(13.482)	(13.482)	(75.177)	(75.177)	(9.814)	(9.814)
Resultado de Equivalência Patrimonial			(11.499)	(11.499)			(7.831)	(7.831)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(75.177)	(75.177)	(1.914)	(1.914)	(75.177)	(75.177)	(1.914)	(1.914)
Dividendos / JSCP Recebidos			(69)	(69)			(69)	(69)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	8.845	8.845	20.850	20.850	8.845	8.845	20.850	20.850
Adições temporárias:	11.104	11.104	21.598	21.598	11.104	11.104	21.598	21.598
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	8.969	8.969	11.101	11.101	8.969	8.969	11.101	11.101
Provisão PISP	1.701	1.701	2.846	2.846	1.701	1.701	2.846	2.846
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	434	434			434	434		
Provisão - Eletronorte			7.333	7.333			7.333	7.333
Outras Adições			318	318			318	318
Exclusões temporárias:	(2.259)	(2.259)	(748)	(748)	(2.259)	(2.259)	(748)	(748)
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.065)	(2.065)	(748)	(748)	(2.065)	(2.065)	(748)	(748)
Outras Exclusões	(194)	(194)			(194)	(194)		
Base de Cálculo Negativa	(215.308)	(215.308)	(112.288)	(112.288)	(215.733)	(215.733)	(108.620)	(108.620)
Tributos de Controlada/Consolidado:								
Imposto de Renda Corrente					36			
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - Corrente						13		
Total - Tributos Correntes					36	13		

8.1. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2015:



	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	51.573	49.847	18.100	17.945
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	246		22	
Provisão PISP	21.984	21.559	7.798	7.760
Prejuízo fiscal/base negativa	122.981	122.981	44.273	44.273
Total	196.784	194.387	70.193	69.978

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às contingências passivas está assim distribuída:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.504	29.311	32.815	3.461	28.184	31.645
Trabalhista	2.252	241	2.493	2.165	192	2.357
Tributária	35	1.240	1.275	34	1.180	1.214
Total	5.791	30.792	36.583	5.660	29.556	35.216
Circulante	3.797	29.255	33.052	5.400	28.137	33.537
Não Circulante	1.994	1.537	3.531	260	1.419	1.679

9.1 Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.659
Adições Líquidas	6.829
Resgate - Provisões para Riscos Prováveis	(12)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(6.845)
Atualização – Encargos Financeiros	160
Saldo em 30 de junho de 2016	5.791
Circulante	3.797
Não Circulante	1.994

9.2 Movimentação dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.557
Adições Líquidas	134
Baixas - Provisões para Contingências	(80)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(3)
Atualização – Encargos Financeiros	1.184
Saldo em 30 de junho de 2016	30.792
Circulante	29.255
Não Circulante	1.537

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.



10 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

10.1 Valores a receber de Colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Nos trimestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS as entidades governamentais estão apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	27.061	24.625
Órgãos Governamentais	6.334	6.710
Total	33.395	31.335
Circulante	12.147	10.717
Não Circulante	21.248	20.618

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também esta incluso a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 17.894 (R\$ 20.618 em 31 dezembro de 2015).

10.2 Outros valores realizáveis

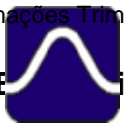
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Cauções e Retenções	402	1.749	6.006	8.058
Adiantamento a Empregados	1.031	1.080	1.031	1.080
Créditos com Fornecedores	3.059	3.055	3.059	3.055
Outros	3.470	8.577	2.898	2.893
Total	7.962	14.461	12.994	15.086
Circulante	7.376	8.777	12.981	15.086
Não Circulante	586	5.684	13	-

11 DIVIDENDOS A RECEBER

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 10.362 em dezembro de 2015). No segundo trimestre de 2016, a coligada VISIONA, reverteu os dividendos declarado no final do exercício de 2015 no montante de R\$ 10.011 conforme deliberação dos acionistas e reconheceu uma Reserva Especial de Dividendos no mesmo valor da reversão no Patrimônio Líquido.

12 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	25.622	24.293
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	22.876	21.592
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações)	1.616	1.442
Total	50.114	47.327
Circulante	1.616	1.442
Não Circulante	48.498	45.885



(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 21).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração esta atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 23).

(iii) Representa investimentos em valores mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e Fundo de Investimento na Amazônia – Finam, que são negociadas na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

13 INVESTIMENTOS

13.1 Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

TELEBRAS COPA S.A. (“TELEBRAS COPA” ou Controlada): sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados.

O capital social subscrito é de R\$ 100 e foi integralizado em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 10% (R\$ 10) em 7 de fevereiro de 2013 e o restante 90% (R\$ 90) integralizado em 20 de junho de 2013.

A controlada funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 7 de fevereiro de 2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que do ponto de vista da controlada os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31 de outubro de 2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer em 2016 conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de março de 2016 (Nota Explicativa 1.2).

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. ("CABOS BRASIL" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500 mil, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que a Telebras é detentora de 35% do capital total, sendo que o restante 65% pertence à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

13.2 Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	76.624	84.475	47.854	55.231

13.3 Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial

Investidas	Controladora						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil		
						30/06/2016	31/12/2015	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	94.895	49,00	49,00	4.900.000	46.497	54.311	
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	28.769	29.244	
Cabos Brasil Europa S.A	3.500	3.876	35,00	35,00	1.225.000	1.357	920	
Total						76.623	84.475	

Investidas	Consolidado						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil		
						30/06/2016	31/12/2015	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	94.978	49	49	4.900.000	46.497	54.311	
Cabos Brasil Europa S.A	3.500	1.237	35	35	1.225.000	1.357	920	
Total						47.854	55.231	

13.4 Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	30/06/2016			31/12/2015		Receita Líquida 30/06/2015
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	183.410	88.515	36.519	233.096	122.258	35.866
Telebras Copa S.A	29.361	590	-	34.928	5.684	-
Cabos Brasil Europa S.A	5.440	1.564	-	2.903	525	-



13.5 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(3.273)	(1.604)	15.982	7.831
Telebras Copa S.A	(475)	(475)	3.668	3.668
Cabos Brasil Europa S.A	(2.103)	(823)	-	-
Total	(5.851)	(2.902)	19.650	11.499

13.6 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	29.244	920	84.475
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(1.604)	(475)	(736)	(2.815)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior			(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(11.115)			(11.115)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905			4.905
Integralização de Capital Social			1.260	1.260
Saldo em 30 de junho de 2016	46.497	28.769	1.357	76.623

Investidas	Consolidado		
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	920	55.231
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(1.604)	(736)	(2.340)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior		(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(11.115)		(11.115)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905		4.905
Integralização de Capital Social		1.260	1.260
Saldo em 30 de junho de 2016	46.497	1.357	47.854

13.7 Informações contábeis das controladas e coligadas

13.7.1 Visiona Tecnológica Espacial S.A

Balanco Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	55.582	93.042
Não Circulante	127.828	140.054
Realizável a Longo Prazo	14.773	10.272
Investimento	108.234	124.601
Imobilizado	4.133	4.330
Intangível	688	851
Total	183.410	233.096
Passivo		
Circulante	68.324	122.258
Não Circulante	20.191	-
Patrimônio Líquido	94.895	110.838
Total	183.410	233.096



Demonstração do Resultado do Período	30/06/2016	30/06/2015
Receita Líquida	36.519	35.866
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(39.352)	(29.810)
Lucro Bruto	(2.833)	6.056
Receitas/(Despesas) Operacionais	(12.297)	(8.459)
Equivalência Patrimonial	6.313	18.206
Resultado antes do Resultado Financeiro	(8.817)	15.803
Resultado Financeiro	1.760	2.695
Resultado antes dos Tributos	(7.057)	18.498
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.784	(2.516)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(3.273)	15.982

13.7.2 Telebras Copa S.A

Balço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	29.361	34.928
Total	29.361	34.928
Passivo		
Circulante	18	-
Não Circulante	574	5.684
Patrimônio Líquido	28.769	29.244
Total	29.361	34.928

Demonstração do Resultado do Período	30/06/2016	30/06/2015
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	(593)	-
Resultado Financeiro	168	3.668
Resultado antes dos Tributos	(425)	3.668
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)	-
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(475)	3.668

13.7.3 Cabos Brasil Europa S.A

Balço Patrimonial	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	3.238	2.126
Não Circulante	2.202	777
Investimento	2.128	733
Imobilizado	74	44
Total	5.440	2.903
Passivo		
Circulante	1.523	525
Não Circulante	41	-
Patrimônio Líquido	3.876	2.378
Total	5.440	2.903

Demonstração do Resultado do Período	30/06/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.176)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(2.176)
Resultado Financeiro	73
Resultado antes dos Tributos	(2.103)
Prejuízo do Período	(2.103)

14 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superior ao valor de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de junho de 2016 era de R\$ 2.091.247 (R\$ 1.850.122 em 31 de dezembro de 2015).

Até o final do segundo trimestre de 2016, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 69.095.

Até o trimestre findo em 30 de junho de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado							Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Imobilizado em Andamento	
Custo de Aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.609.319	1.976.955
Aquisições	-	-	-	-	-	-	272.100	272.100
Saldo em 30 de junho de 2016	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.881.419	2.249.055
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30.237)	(1.726)	(15.498)	(4.686)	(72.606)	(2.080)	-	(126.833)
Depreciação e Amortização	(7.559)	(186)	(3.870)	(793)	(18.149)	(418)	-	(30.975)
Saldo em 30 de junho de 2016	(37.796)	(1.912)	(19.368)	(5.479)	(90.755)	(2.498)	-	(157.808)
Valor Contábil em 30 de junho de 2016	54.569	1.801	46.931	2.900	101.941	1.686	1.881.419	2.091.247
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	62.128	1.987	50.801	3.693	120.090	2.104	1.609.319	1.850.122
Taxa Anual de Depreciação	16,40%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%		

15 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houve indicação de o valor contábil dos bens intangíveis estiverem superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de junho de 2016 era de R\$ 19.791 (R\$ 20.323 em 31 de dezembro de 2015).

Até o trimestre findo em 30 de junho de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado			Total
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.355	3.946	6.877	28.178
Aquisições	764	-	-	764
Saldo em 30 de junho de 2016	18.119	3.946	6.877	28.942
Depreciação Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.855)	-	-	(7.855)
Depreciação e Amortização	(1.296)	-	-	(1.296)
Saldo em 30 de junho de 2016	(9.151)	-	-	(9.151)
Valor Contábil em 30 de junho de 2016	8.968	3.946	6.877	19.791
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	9.500	3.946	6.877	20.323
Taxa Anual de Amortização	20,0%			

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” esta registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

16 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 25).

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Salários e Honorários a Pagar	381	60
Encargos Sociais a Pagar	11.660	8.057
Benefícios Sociais a Pagar	476	38
Mão-de-Obra Temporária	101	93
Total	12.618	8.248
Circulante	12.618	8.248

17 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

A Companhia desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 49.653 em 30 de junho de 2016 (R\$ 47.786 em 31 de dezembro de 2015).

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou no resultado do exercício uma provisão no montante de R\$ 1.701, para os colaboradores em exercício na Telebrás. Para os empregados cedidos à ANATEL o complemento da provisão foi de R\$ 652.

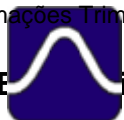
18 FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores de Operação	14.423	13.319
Fornecedores de Expansão	45.908	265.151
Total	60.331	278.470
Circulante	60.331	278.470

A redução em fornecedores de expansão no período comparado ocorreu em função dos pagamentos realizados a coligada VISIONA por serviços prestados no projeto SGDC.

19 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Tributos Federais	2.729	2.922	2.748	2.922
IRPJ			3	
CSLL			15	
COFINS	285	239	285	239
PIS	58	52	58	52
FUST	33	44	33	44
FUNTEL	16	23	16	23



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Taxas Federais	1.903	2.130	1.904	2.130
Tributos Federais - Parcelamento	434	434	434	434
Tributos Estaduais	3.665	5.243	3.665	5.243
ICMS	3.665	5.243	3.665	5.243
Tributos Municipais	10	9	10	9
ISS	10	9	10	9
Total	6.404	8.174	6.423	8.174
Circulante	5.970	7.740	5.989	7.740
Não Circulante	434	434	434	434

20 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEIS E FISCAIS

Em 30 de junho de 2016, a TELEBRÁS é ré em 1.513 ações judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária (1.555 em 31 de dezembro de 2015), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Companhia e a elas são atribuídas expectativas de perda. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira. A composição dos valores consolidados em discussão em diversas instâncias de processos, em 30 de junho de 2016, tinha o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		30/06/2016	31/12/2015
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	104	108
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	999	1.019
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	410	428
Total		<u>1.513</u>	<u>1.555</u>

20.1 Provisão para riscos prováveis

20.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	Controladora e Consolidado							
	30/06/2016				31/12/2015			
	Quantidade de Ações	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Quantidade de Ações	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
		(A)	(B)	(A-B)		(A)	(B)	(A-B)
Cível	77	31.679	3.504	28.175	79	98.061	3.461	94.600
Trabalhista	23	8.347	2.252	6.095	24	7.879	2.165	5.714
Tributária	4	962	35	927	5	2.808	34	2.774
Total	104	40.988	5.791	35.197	108	108.748	5.660	103.088
Circulante	61	16.525	3.797	12.728	68	14.140	5.400	8.740
Não Circulante	43	24.463	1.994	22.469	40	94.608	260	94.348

20.1.2 Classe das ações judiciais

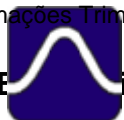
Classe das Ações	Controladora e Consolidado					
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016		30/06/2016	31/12/2015
	Quantidade		Provisões	Depósitos	Líquido	
			(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<u>Cíveis</u>						
Ilegalidade na venda de ações (fraude)	19	18	3.389	2.614	775	567
Dividendos sobre o capital da TELEBRÁS	5	6	20.133	-	20.133	87.593
Diferença de ações - conversão de debêntures	1	1	1.670	-	1.670	1.508
Diversas classes	52	54	6.487	890	5.597	4.932
Total	77	79	31.679	3.504	28.175	94.600
<u>Trabalhistas</u>						
Ganhos de produtividade	2	2	2.196	26	2.170	2.042
Readmissão de pessoal	2	2	1.849	1.706	143	132
Expurgos inflacionários multa de 40% - FGTS	1	1	110	73	37	34
Responsabilidade subsidiária	8	10	1.453	241	1.212	1.137
Diversas classes	10	9	2.739	206	2.533	2.369
Total	23	24	8.347	2.252	6.095	5.714
<u>Tributárias</u>						
Diversas classes	4	5	962	35	927	2.774
Total	4	5	962	35	927	2.774
TOTAL GERAL	104	108	40.988	5.791	35.197	103.088
Circulante	61	68	16.525	3.797	12.728	8.740
Não Circulante	43	40	24.463	1.994	22.469	94.348

20.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.748
Adições Líquidas	11
Transferência por Acordo Judicial - Funcef	(67.868)
Reversão de Provisões	(1.983)
Pagamentos	(6.845)
Atualizações – Encargos Financeiros	8.925
Saldo em 30 de junho de 2016	40.988
Circulante	16.525
Não Circulante	24.463

20.2 Provisão para riscos possíveis

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Cível	947	970	29.879	28.049
Trabalhista	44	44	2.902	2.800
Tributária	8	5	23.143	22.068
Total	999	1.019	55.924	52.917



20.2.1 Classe das ações judiciais

Classes das Ações	Quantidade de Ações		Valor	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Cíveis				
VPA'S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	883	920	7.419	7.205
Ilegalidade na venda de ações	8	8	3.305	3.162
Execução Fiscal	5	5	17.612	15.899
Diversas classes	51	37	1.543	1.783
Total	947	970	29.879	28.049
Trabalhistas				
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	0	2	0	77
Responsabilidade Subsidiária	18	15	701	589
Progressão Salarial	6	8	233	265
Diversas classes	20	19	1.967	1.869
Total	44	44	2.902	2.800
Tributárias				
Isenção de imposto de importação e IPI	2	2	21.002	20.815
Pagamento de diferença referente à Taxa Referencial do exercício de 1996	2	1	1.058	1.225
Diversas classes	4	2	1.083	28
Total	8	5	23.143	22.068
Total Geral	999	1.019	55.924	52.917

21 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 Reapresentado
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	143.770	145.666
Acordo Judicial FUNCEF	70.826	
Total	350.145	281.215
Circulante	16.122	4.250
Não Circulante	334.023	276.965

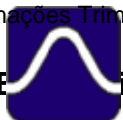
21.1 Movimentação no Período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	281.215
Adição - Funcef	67.868
Juros e Variação Monetária	14.584
Pagamento de Juros	(13.522)
Saldo em 30 de junho de 2016	350.145

21.2 Descrição Resumida dos Termos dos Acordados

21.2.1 VT UM Produções e Empreendimento Ltda

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda ("VT UM") celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da



Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, “Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 a 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM

(ii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de junho de 2016, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2015), Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.



21.2.2 Acordo Judicial PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Companhia firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416 com carência de 24 meses será pago em 30 (trinta) prestações semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral. No semestre findo em 30 de junho de 2016, montante da dívida era de R\$ 143.770.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

21.2.3 Acordo Judicial FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economiários Federais FUNCEF relativo ao exercício de 1994. O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação é de R\$ 72.688 e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais com data prevista para pagamento em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo prever entrada de 10% em 90 dias após o protocolo o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência, com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 semestrais. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,768% a.a.

22 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.789.574 em 30 de junho de 2016 (R\$ 1.320.458 em 31 de dezembro de 2015), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás, no momento, aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016, a Telebrás encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas.

Do total dos recursos capitalizáveis, R\$ 1.211.265 foram destinado ao projeto de construção do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. A atualização monetária deste valor está sendo capitalizada e compõe o custo de construção do satélite.

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	5.825	3.496
Juros	608	622



	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Total	246.813	244.498
Circulante	3.504	622
Não Circulante	243.309	243.876

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

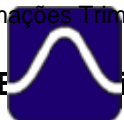
Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente, centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiadora das obrigações assumidas.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora e Consolidado
2016	608
2017	2.897
2018	34.758
2019	34.758
2020	34.758
2021 em diante	139.034
Total	246.813

A movimentação dos empréstimos no semestre findo em 30 de junho de 2016 é apresentada no quadro a seguir:



Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Encargos Incorridos no Período	3.673
Atualização Monetária	2.330
Juros Pagos	(3.688)
Saldo em 30 de junho de 2016	246.813

24 RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 30 de junho de 2016, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 489.360 (R\$ 390.600 em 31 de dezembro de 2015) que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	107	76
Retenções Passivas Tributárias	5.400	7.074
Outras Obrigações	16.801	16.152
Total	22.309	23.303
Circulante	6.789	8.311
Não Circulante	15.520	14.992

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2015), composto de 118.442.718 (118.442.718 em 31 de dezembro de 2015) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/06/2016	31/12/2015
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	97.439.719
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total (A)	118.442.718	118.442.718
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total (B)	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	97.437.783
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total (A-B)	118.440.782	118.440.782
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	(382.064)	(218.760)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	(3,2258)	(1,8470)

26.2 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.



Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia tem reconhecido nesta rubrica o ganho da avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros de ativos financeiros disponíveis para venda, que é representado por investimento em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam e que no semestre findo em 30 de junho de 2016 registrou um ganho de R\$ 180. O resultado acumulado destes investimentos até 30 de junho de 2016 registra uma perda de R\$ 524 (R\$ 701 em 31 de dezembro de 2015).

Outro evento que a Companhia tem reconhecido nesta rubrica é o resultado da equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da coligada VISIONA, cujo resultado registrado até em 30 de junho de 2016 é um ganho de R\$ 6.531 (R\$ 17.645 em 31 de dezembro de 2015).

26.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(75.920)	(63.023)	(152.367)	(120.233)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação				
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(62.457)	(51.847)	(125.348)	(98.911)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(13.463)	(11.176)	(27.019)	(21.322)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	97.438	97.438	97.438	97.438
Ações preferenciais – básicas e diluídas	21.003	21.003	21.003	21.003
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,6410)	(0,5321)	(1,2864)	(1,0151)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,6410)	(0,5321)	(1,2864)	(1,0151)

27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Serviço de Comunicação e Multimídia	15.674	12.637	33.283	22.113
Aluguéis e Locações (i)	1.865	455	3.480	1.785
Receita Operacional Bruta	17.539	13.092	36.763	23.898
Tributos sobre Receita	(4.992)	(3.895)	(10.636)	(6.854)
Descontos Concedidos	(290)	(24)	(305)	(25)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.282)	(3.919)	(10.941)	(6.879)
Receita Operacional Líquida	12.257	9.173	25.822	17.019

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

28 DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	(17.013)	(12.300)	(34.632)	(25.341)
Material	(18)	(97)	(38)	(102)
Serviços de Terceiros	(16.522)	(15.080)	(32.659)	(28.823)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(13.147)	(8.296)	(28.970)	(22.776)
Tributos	(13)	(240)	(1.024)	(583)
Depreciação e Amortização	(16.136)	(16.142)	(32.273)	(32.274)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	190	-	(240)	-
Total	(62.659)	(52.155)	(129.836)	(109.899)
Classificado como:				
Custo dos Serviços Prestados	(41.510)	(35.723)	(86.332)	(75.969)
Comercialização dos Serviços	(5.436)	(2.815)	(10.886)	(6.387)
Despesas Gerais e Administrativas	(15.713)	(13.617)	(32.618)	(27.543)

29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

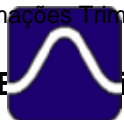
	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	8	32	8	32
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	48	684	48	684
Multas sobre Ativos	5		5	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos		8		8
Total	61	724	61	724
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(215)	(71)	(215)	(71)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(31)	(147)	(31)	(147)
Patrocínios	(287)	(477)	(287)	(477)

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Tributos	(8)	(59)	(8)	(59)
Multas - Pessoal Contratado		(21)		(21)
Multas - Fornecedores	(19)		(19)	
Multas sobre Tributos	(2.981)	(23)	(2.981)	(23)
Multas sobre Cauções			(593)	
Perdas Estimadas sobre Ativo	(4)	(133)	(4)	(133)
Outras Despesas Operacionais		(31)		(31)
Total	(3.545)	(962)	(4.138)	(962)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	(3.484)	(238)	(4.077)	(238)

	Período de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	8	32	8	32
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.065	748	2.065	748
Multas sobre Ativos	5		5	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos		8		8
Total	2.078	788	2.078	788
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(389)	(73)	(390)	(73)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(44)	(2.962)	(44)	(2.962)
Patrocínios	(485)	(513)	(485)	(513)
Tributos	(19)	(59)	(19)	(59)
Multas - Pessoal Contratado		(29)		(29)
Multas - Fornecedores	(19)	(7)	(19)	(7)
Multas sobre Tributos	(3.295)	(55)	(3.295)	(55)
Multas sobre Cauções			(593)	
Perdas Estimadas sobre Ativo	(4)	(318)	(4)	(318)
Outras Despesas Operacionais		(60)		(60)
Total	(4.255)	(4.076)	(4.849)	(4.076)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	(2.177)	(3.288)	(2.771)	(3.288)

30 RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	2.209	2.566	2.209	3.554
Juros sobre Contas a Receber	123	66	123	66
Juros sobre Depósitos Judiciais	738	820	738	820
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	53	-	76	-
Juros sobre Capital Próprio	-	36	-	36
Tributos sobre Receitas Financeiras	(730)	-	(730)	-
Subtotal	2.393	3.488	2.416	4.476
Despesas Financeiras				
Juros sobre Obrigações com Pessoal	-	(3)	-	(3)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(12.667)	(6.637)	(12.667)	(6.637)
Juros sobre Tributos	(927)	(26)	(927)	(26)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.481)	(1.235)	(1.481)	(1.235)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(1.457)	-	(1.457)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(911)	(1.015)	(911)	(1.015)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(118)	-	(118)	-
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(973)	-	(973)



	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(8.143)	(14.680)	(8.143)	(14.680)
Subtotal	(24.247)	(26.026)	(24.247)	(26.026)
Variação Cambial, Líquida	(1)	3	(1)	3
Resultado Financeiro	(21.855)	(22.535)	(21.832)	(21.547)

	Período de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	4.996	3.351	5.142	7.018
Juros sobre Contas a Receber	215	148	215	149
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.347	1.737	1.347	1.737
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	53		76	
Juros sobre Capital Próprio		36		36
Tributos sobre Receitas Financeiras	(730)		(730)	
Subtotal	5.881	5.272	6.050	8.940
Despesas Financeiras				
Juros sobre Obrigações com Pessoal		(4)		(4)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(24.418)	(14.607)	(24.418)	(14.607)
Juros sobre Tributos	(962)	(29)	(962)	(29)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.551)	(3.669)	(4.551)	(3.669)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos		(2.462)		(2.462)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.374)	(4.470)	(4.374)	(4.470)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(266)		(266)	
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos		(973)		(973)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(14.583)	(14.680)	(14.583)	(14.680)
Subtotal	(49.154)	(40.894)	(49.154)	(40.894)
Variação Cambial, Líquida	(1)	58	(1)	58
Resultado Financeiro	(43.274)	(35.564)	(43.105)	(31.896)

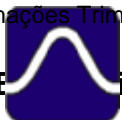
31 PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.



Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

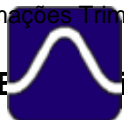
É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 30 de junho de 2016, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.



PBS - TELEBRAS e PBS – A

	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	345.693	327.397	9.008.290	8.623.302
Outros Exigíveis	10.306	9.616	426.805	403.036
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	355.999	337.013	9.435.095	9.026.338
(-) Total dos Ativos do Plano	399.439	379.125	10.944.309	10.397.226
(=) Superávit Acumulado	43.440	42.112	1.509.214	1.370.888

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	30/06/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	3.240.165	3.247.905
Outros Exigíveis	64.770	62.630
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.304.935	3.310.535
(-) Total dos Ativos do Plano	3.567.474	3.393.760
(=) Superávit Acumulado	262.539	83.225

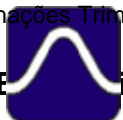
4. TELEBRAS PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, está no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	30/06/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	664.672	631.099
Outros Exigíveis	7.591	7.318
Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis	672.263	638.417
(-) Total dos Ativos do Plano	740.055	700.988
(=) Superávit Acumulado	67.792	62.571



31.2 Contribuições do patrocinador

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

	Planos	
	PBS TELEBRAS	TELEBRAS PREV
Contribuições:		
Contribuição Empresa		732
Contribuição Assistencial	22	
Taxa Administrativa		75
Total	22	807

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 23 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

32 PARTES RELACIONADAS

32.1 Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

32.2 Pessoal chave da Administração

A Companhia e sua controlada não possuem transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Remunerações	1.067	831	2.136	1372
Benefícios de Curto Prazo	168	143	317	239
Total	1.235	974	2.453	1.611

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

32.3 Transações com partes relacionadas

32.3.1 Controladora

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2016
Valores a Receber							
a) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	573	5.684				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				
Imobilizado							
c) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	64.680					
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	4.415					



	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2016
Contas a Pagar							
d) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
e) Empréstimos	FINEP			246.813	244.498		
f) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.789.574	1.320.458				
g) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					24.418	14.607

a) Representa pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas;

b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

d) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

e) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

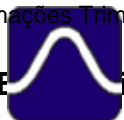
O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

f) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia; e

g) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32.3.2 Consolidado

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2016
Valores a Receber							
a) Prestação de Serviços	Ministérios das Telecomunicações	22.347	22.347				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				
Imobilizado							



	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2016
c) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	64.680					
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	4.415					
Contas a Pagar							
d) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
e) Empréstimos	FINEP			246.813	244.498		
f) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.789.574	1.320.458				
g) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					24.418	14.607

a) Refere-se ao contrato celebrado entre a TELEBRAS COPA e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.;

b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

d) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

e) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

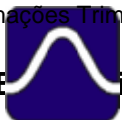
Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

f) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia; e

g) Refere-se a despesas financeiras sobre a partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.



33 OUTRAS INFORMAÇÕES

33.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 30 de junho de 2016, estavam cedidos 50 empregados à ANATEL (52 em 31 de dezembro de 2015) e 16 para outros órgãos governamentais (18 em 31 de dezembro de 2015), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, do total de 407 empregados da TELEBRAS (365 em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de junho de 2016, contava ainda com 72 contratados “*ad nutum*” (80 em 31 de dezembro de 2015).

33.2 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de março, foram de R\$ 23.863,90 e R\$ 2.212,27 (Reais) respectivamente (R\$ 24.975,69 e R\$ 2.012,43 (Reais) em dezembro de 2015, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 13.038,09 (Reais) (R\$ 13.493,56 (Reais) em dezembro de 2015).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de junho de 2016, foi de R\$ 51.665,04 (Reais) (R\$ 38.748,78 (Reais) em dezembro de 2015).

33.3 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros de vida para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício no semestre findo em 30 de junho de 2016 foram de R\$ 63 (R\$ 59 no primeiro semestre de 2015).

ANTONIO KLINGER LOSS LEITE
DIRETOR PRESIDENTE

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Técnico-Operacional

ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHÃES
Diretoria Comercial

PAULO FERREIRA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

MAURY CAETANO DE OLIVEIRA
Contador CRC/DF 6.147

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das informações intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante o montante de R\$ 198.383 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de junho de 2016, é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRAS Copa S/A e participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 30 de junho de 2016, utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas a revisão por auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no passivo não circulante o valor de R\$ 49.653 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis, saldo de R\$ 1.789.574. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70. Por meio do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000, de 25 de janeiro de 2016, a Companhia encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado – DVA, individual e consolidada, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, sem modificação e contendo ênfases semelhantes àquelas apresentadas neste relatório.

Maringá - PR, 29 de julho de 2016

BEZ Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez

Contador

CRC PR 037.262/O-2